"VALENTE MESMO ERA CATULINO": UM ESTUDO BIOGRÁFICO SOBRE UM POLICIAL EM GOIÁS NO TEMPO DA REPÚBLICA VELHA

Eliézer Cardoso de Oliveira[*]

Resumo

A temática desta pesquisa é um estudo biográfico sobre Catulino Antônio Viegas, um policial integrante da força militar de Goiás, que atuou, entre 1915 e 1930, participando diretamente de vários acontecimentos históricos de destaque desse período, tais como: Chacina do Duro, Repressão aos seguidores de Santa Dica, a prisão de Pedro Ludovico Teixeira. Em termos metodológicos, utilizaremos as contribuições da micro-história, tendência que se mostrou bastante promissora na utilização de aspectos biográficos de pessoas "comuns" para análise histórica.

Palavras-chaves

Biografia – Catulino Antônio Viegas – República Velha

Introdução

A biografia é um gênero antigo, tão antigo quanto à própria História. Surgiu na Antiguidade Clássica, onde se destacavam as biografias dos líderes político-militares, como as redigidas por Plutarco – o maior biógrafo da Antiguidade. Sobreviveu ao ocaso do mundo antigo, transformando-se nas famosas hagiografias cristãs da época medieval, contribuindo para dar um sentido pedagógico e edificante à vida dos santos católicos. Durante a Renascença, a biografia laica retornou com força total, passando a se caracterizar – nas palavras de Jacob Burkhardt (1991: 200) – pelo "olho aguçado da individualidade". Nem mesmo o Iluminismo, com sua ânsia de acabar com tudo o que fosse antigo, refutou a biografia; pelo contrário, um dos *filósofos* mais típicos, Voltaire, não resistiu em escrever um estudo histórico biográfico sobre Carlos XII, rei da Suécia. No século XIX, com o advento do nacionalismo, a biografia dos heróis da pátria tornou-se um instrumento político de fundamental importância para garantir a coesão nacional[1].

[*] Professor do curso de História da UEG (Anápolis). Doutor em Sociologia pela UnB. Este trabalho foi resultado de um projeto de pesquisa homônimo, realizado em 2010, que contou com a participação do bolsista de iniciação científica Tálliton Túlio Rocha Leonel de Moura.

[1] Um dos maiores incentivadores do gênero biográfico foram os historiadores científicos do século XIX, como os franceses da Escola Metódica. Ver BOURDÉ & MARTIN, 1983, cap. VI.

No século XX, a cultura de massas revitalizou o gênero biográfico, substituindo os "napoleões" de outrora pelos "Michael Jackson" de agora.

Do ponto de vista específico da teoria da História, a biografia teve um desenvolvimento um pouco diferenciado. Alcançou o auge no século XIX, associada a uma perspectiva filosófica que concebia os indivíduos, notadamente os "grandes homens" como agentes causais privilegiados do processo histórico. Essa perspectiva, engloba a filosofia da história de Hegel, que considerava os "heróis da história" como agentes do Espírito Universal[2], passando pela História Científica de Leopold Ranke, culminando no historicismo hermenêutico de Wilhelm Dilthey. Estas e outras tendências teóricas, dominantes no século XIX, consideravam, portanto, a biografia como instrumento legítimo do labor historiográfico.

No entanto, no século XX, as tendências teóricas dominantes na historiografia, o Marxismo e os *Annales*, convergiam-se ao desprezarem a valorização do papel causal dos indivíduos no processo histórico. Ambas valorizavam as estruturas sócio-econômicas como elementos fundamentais a serem investigados pelos historiadores. A conseqüência disso foi a desvalorização da biografia pelos historiadores[3].

O ocaso da biografia não durou muito. Já por volta dos anos 1970, Lawrence Stone, em um polêmico artigo, *The revival of narrative*[4], constatava o retorno de elementos repudiados pelos *Annales* e pelo Marxismo: a narrativa, a política e a biografia. A partir daí, as tendências teóricas pós-1970, como a 3ª Geração dos *Annales*, o Marxismo Britânico, a Nova História Cultural, consideraram a biografia, revitalizada pelos avanços teóricos obtidos no século XX, como uma modalidade legítima de escrita e pesquisa histórica.

Nesse sentido, destaca-se a publicação, em 1976, do famoso livro do historiador italiano Carlo Ginzburg, *O queijo e os vermes*, sobre a vida de um simples moleiro italiano. Justificando o seu objeto, Ginzburg afirmou que

---

[2] Nas palavras de Hegel, Napoleão, Júlio Cesar, etc. são "os grandes homens da história, cujos fins particulares contêm o substancial que á a vontade do espírito universal". (Hegel, 1999: 33).

[3] No caso dos *Annales*, a rejeição a biografia pelos fundadores L. Febvre e M. Bloch não foi absoluta, já que chegaram a produzir estudos históricos sobre indivíduos, como Marguerite de Navarre, François Rabelais e Martinho Lutero (Burke, 1997: 39). O que eles rejeitavam era as biografias laudatórias associadas a história política, sem nenhuma problematização. Porém, a partir da chamada 2ª Geração, liderada por Fernando Braudel, a biografia vai sistematicamente ser excluída dentre os *Annales.*

[4] O artigo foi publicado no Brasil, em 1991, pela *Revista de História* da Unicamp, com o seguinte nome: "O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história".

> Alguns estudos biográficos mostraram que um indivíduo medíocre, destituído de interesse por si mesmo – e justamente por isso representativo -, pode ser pesquisado como se fosse um microcosmo de um estrato social inteiro num determinado período histórico – a nobreza austríaca ou o baixo clero do século XVI. (Ginzburg, 1987: 25).

Essa citação é bastante esclarecedora, pois concebe o estudo de pessoas comuns não apenas como uma decisão política, mas também metodológica, já que essas pessoas medianas são paradigmáticas do universo simbólico vigente num determinado substrato cultural.

Nesse sentido, a micro-história utiliza determinados indivíduos, para elaborar uma problematização sobre aspectos mais amplos do passado humano. Essa perspectiva foi bem evidenciada na obra de Laura de Melo e Souza, *O Diabo e a Terra de Santa Cruz,* na qual foram analisadas as vidas de pessoas simples da época colonial brasileira. Segundo a autora,

> Há ocasiões em que a documentação permite reconstituir 'não apenas massas indistintas mas também personalidades individuais': é quando se abre (...) a possibilidade de focalizar rostos na multidão, de 'alargar para baixo o conceito histórico de 'indivíduo''. Trata-se, na realidade, de procedimento inovador: conferir identidade ao anônimo, dispensar-lhe tratamento que até muito pouco tempo só se tinha em relação aos elementos das classes dominantes. (Souza, 1986: 334).

Uma obra publicada recentemente que utilizou os pressupostos da micro-história no Brasil foi *O crime do restaurante chinês*, sobre uma chacina, ocorrida na cidade de São Paulo em 1938. O autor Boris Fausto vincula seu estudo a micro-história, porque

> Muitas personagens são pessoas comuns, invisíveis no plano dos grandes acontecimentos, e que não figuram na galeria dos 'grandes personagens da nossa história'. No entanto, suas vidas e suas interações com um amplo contexto social surgem como chaves de entendimento de ângulos ignorados desse contexto, como se fossem fachos de luz, capazes de alcançar lugares escuras de uma sala que a luminária do teto não alcança. (Fausto, 200: 10).

Percebemos, pela análise dessas três obras, que os estudos biográficos da micro-história focam em pessoas comuns. Ginzburg tomou como objeto a vida de Menochio, um moleiro do século XVI; Laura de Melo e Souza estudou aspectos da vida de Maria Barbosa, Manuel João, Luzia Silva Soares, Luzia Pinta, Salvador Serra, Adrião Faria, integrantes dos estratos sociais mais baixos da sociedade colonial; Boris Fausto colocou como principal protagonista de sua obra o mulato Arias de Oliveira, um simples operário de São Paulo.

Portanto, esta pesquisa situa-se dentro do referencial teórico da micro-história, pois também tem como objeto aspectos da vida de uma pessoa comum. Catulino Viegas foi um funcionário mediano, do Estado de Goiás, entre 1915 e 1930. Não formulava

decisões, apenas cumpria. Não foi um líder político, como Brasil de Ramos Caiado ou Pedro Ludovico Teixeira; não foi uma personalidade religiosa, como Santa Dica ou Padre Pelágio. Foi apenas um tenente. Mesmo assim, reconstituir as escassas informações sobre as sua vivência pode, ao menos, adentrar o substrato cultural vigente entre as pessoas comuns – notadamente os policiais – em Goiás das primeiras décadas do século XX.

Em termos de enfoque, o objetivo básico da pesquisa foi "fazer uma análise da biografia de Catulino Antônio Viegas para compreender melhor detalhes de sua vida (emoções e experiências) e também o contexto político, social e cultural de Goiás nas três primeiras décadas do século XX" Já os objetivos secundários foram: "contribuir para uma compreensão melhor da história da polícia goiana na década de 1920" e "contribuir para recuperar um pouco da individualidade dos integrantes da Velha República em Goiás".

Nos estudos de micro-história, é comum utilizar como fontes, os registros produzidos por uma instituição de caráter coercitivo sobre pessoas consideradas "criminosas". Foi o caso dos estudos analisados por Ginzburg, Laura de Melo e Souza e Boris Fausto, em que os protagonistas eram "criminosos", respectivamente vítimas da inquisição italiana, da inquisição portuguesa e da polícia paulista, que, por causa desse interesse investigativo, deixaram uma gama de informações minuciosas sobre suas vidas.

No caso desta pesquisa, a situação é bem diferente: Catulino não é um criminoso, mas um policial. Isso impediu a existência de fontes mais sistematizadas e abundantes, como as produzidas em um auto de fé ou em um inquérito policial. Por outro lado, Catulino, não sendo proveniente de famílias tradicionais, conseguiu galgar a hierarquia policial, chegando tornar-se delegado de polícia. Isso, aliado à sua participação direta em momentos políticos-chaves da década de 1920, possibilitou a existência de registros de natureza diversa sobre a sua pessoa.

As fontes utilizadas nessa pesquisa foram:

a) Jornais de época: *Correio Oficial,*
b) O romance *O Tronco,* de Bernardo Élis (1974).
c) Livros de Memória sobre o período, tais como BRITTO (1980), PASSOS (1986), TEIXEIRA (1973), ROSA (1974), AYRES NETO (2002 e 2003).

a) Fontes diversas pesquisadas no Arquivo Histórico Estadual de Goiás.
b) Relatórios de Presidente do Estado.

A partir da documentação consultada, construiremos uma narrativa sobre alguns momentos da vida de Catulino Viegas.

O ingresso na polícia goiana

Catulino Antônio Viegas nasceu, em 1887, em Mato Grosso. Era filho de Delfino Antônio Viegas. Não sabemos quando se mudou para Goiás. Aliás, os primeiros 28 anos de sua existência são um verdadeiro vácuo documental. Catulino entra para a "História", quando, no dia 12 de março de 1915, alista-se como voluntário, no Batalhão da Força Pública de Goiás, em Catalão[5].

Não sabemos quando, o porquê de Catulino ter se mudando para Catalão, mas a cidade, nas primeiras décadas do século XX, estava passando por um forte crescimento demográfico e econômico. O motivo disso eram as obras da ferrovia, que integraria a economia goiana à economia do Sudeste brasileiro. Com as obras, instalou-se nas redondezas da cidade um acampamento – gigantesco para os padrões da época – de mais de 500 trabalhadores da ferrovia. Além deles, chegaram a cidade investidores, aventureiros, prostitutas, e outras categorias de pessoas, desejosas de absorver um pouco da riqueza que circulava no lugar. Isso tornava o ambiente propício a conflitos violentos. Quase um ano depois de Catulino ter-se integrado a força policial, aconteceu na cidade a "Chacina dos Turmeiros", um conflito entre os trabalhadores da estrada de ferro e a polícia de Catalão, que deixou um saldo de 10 mortos. (Oliveira, 2006). Não encontramos indícios de sua participação na Chacina dos turmeiros. De qualquer modo, Catalão era uma cidade de fronteira, passando por uma rápido crescimento econômico e demográfico. Um lugar perfeito para quem quisesse escolher um lugar em busca de novas oportunidades.

Outra questão interessante para o historiador suscitada sobre esse episódio da vida de Catulino era a seguinte: o que levava um rapaz de 28 anos a ingressar na polícia militar de Goiás?

Ser policial em Goiás nas primeiras décadas do século XX significava ser objeto

[5] Conforme informações obtidas no "Caderno para se detalhar o serviço de guarnição e publicação das ordens expedidas a força pública" (1915). In. Arquivo Histórico Estadual de Goiás. Goiânia-GO.

de um misto de medo, respeito e nojo por parte da população goiana, principalmente a população rural. Essa representação negativa transparece nos relatos de alguns memorialistas que vivenciaram esse período. Carmo Bernardes, filho de sitiantes, viveu sua infância nos meios rurais goianos nas cidades de Formosa e de Anápolis, herdando a desconfiança sertaneja em relação ao soldado:

> A gente tinha ficado de jeito que, quando um soldado vinha de lá, quem estivesse de cá, das duas uma: dava no pé ou sacava a arma e resistia. Não tinha essa regra do trivial de dar voz de prisão, levar preso. O negócio era no cacete, torcer braço, ponta-pé no saco, banho de facão, quando o elemento não ia atirando logo, de chegada. (Bernardes, 1986: 230).

Opinião semelhante sobre a polícia se encontra nas memórias do Senhor Venerando de Freitas:

> Ao invés da manutenção da ordem, a polícia implantava o terror. Poucos não foram os crimes hediondos praticados pelos policiais contra pacatos cidadãos. O atraso e a falta de comunicação com a sede do Município contribuíram para esse clima de inquietação que se criava, quando destacamento policial aparecia. Para os meninos, então, a figura do policial impunha medo. (Borges, 1980: 26).

A explicação para essa representação negativa da polícia presente nas memórias deve ser buscada na atuação da polícia goiana. Antes da institucionalização da polícia em Goiás, a função repressora nos povoados era exercida por um delegado que escolhia seus auxiliares, os *bate-paus*, homens sem fardamento, armados com cacete de madeira. Apenas em 1880 foi criada a Força Policial da Província de Goiás, composta de apenas 100 praças, que percorria a pé à distância da Capital até as cidades onde era requerida a sua presença[6].

Nesta época era freqüente a existência de grupos particulares armados (bandoleiros ou jagunços dos coronéis) que desafiavam abertamente as autoridades. A polícia, diante da fraqueza do conjunto, apelava para coragem individual: os valentões eram recrutados para compor a força pública.

Catulino devia ser um desses homens corajosos, endurecido num ambiente de pobreza e violência. No romance *O tronco,* o alferes Severo, codinome de Catulino, é representado com uma índole marcada pela valentia e pela maldade:

> Ser mau, ser capaz de matar e espancar era a suprema glória. Soldado manso não fazia carreira e era debicado.
> _ Não viam o alferes Mariano? aquilo era uma moça. De uma delicadeza, coitadinho.
> _ E Ferreirinha! Ah, esse daí num mata nem uma mosca. Pode tirar o cavalo da chuva

[6] Para uma visão geral sobre a representação da polícia goiana, ler o artigo "Cachorros do Governo: a polícia no imaginário sertanejo goiano". (Oliveira, 2004).

> que não chega nunca a oficial.
> _ Agora, vigio o Severo. Já é comandante! – ponderou Salustiano. _ E alferes Severo mal e mal assina o nome... Só pra mode a malvadeza. Aquilo, dizem, tem uma morte em cada dedo, juntando os dos pés. (Elis, 1974: 164).

Com alguns sobressaltos, Catulino se adaptou bem ao modo de vida dos soldados. Ainda em 1915, no mesmo ano que se alistou, desertou da força pública, mas foi capturado e obrigado a cumprir o restante do seu tempo de serviço. Depois disso tornou-se um soldado "exemplar": pelo menos, entre 1915 e 1918, não foi registrado nenhum caso de indisciplina envolvendo Catulino. Em 12 de fevereiro de 1915 recebeu a patente de Alferes.

O registro das suas atividades exercidas, no primeiro semestre do ano de 1918, demonstra as múltiplas atividades que Catulino exerceu na corporação policial:

> JANEIRO. A vinte e dois, Deixou o comando da terceira companhia assumindo o cargo de agente da Enfermaria. A vinte e nove, deixou esse cargo e assumiu o comando da segunda companhia.
> MARÇO, a quatorze, foi eleito para exercer o cargo de thesoureiro da caixa da musica. durante o primeiro semestre.
> ABRIL. A quinze deixou o comando da segunda companhia passando na mesma data a exercer o cargo de agente da enfermaria. A dezoito, deixou o cargo de thesoureiro da caixa da musica.
> MAIO, a dezesseis, foi dispensado de exercer o cargo de agente de enfermaria.
> JUNHO, a dezoito passou a disposição da secretaria de finanças.
> JULHO. A seis, seguir em serviço para o Sitio D' Abbadia[7].

Essa polivalência parece ter sido bem apreciada pelos seus superiores. Em uma ficha de avaliação, referente ao ano de 1918, assinada pelo major Joaquim Pereira, transparece uma apreciação positiva sobre as aptidões militares de Catulino.

INFORMAÇÃO DO COMMANDANTE[8]

Tem disposição phisica?	Sim
Tem saúde?	Sim
Tem intelligência?	Sim
Tem zelo?	Sim
Tem valor?	.....
Tem instrução prática?	Sim
Tem disciplina?	Sim
Tem capacidade de comando?	Sim.

Não sabemos se a ausência de resposta à pergunta "Tem valor?" foi um mero lapso do escrivão ou representa uma dúvida sobre o caráter de Catulino. De qualquer

[7] *Relação de Conduta dos ofícios e interiores do Batalhão, 1918*. *In*: Arquivo Histórico Estadual de Goás.

[8] In. *Caderno para se detalhar o serviço de guarnição e publicação das ordens expedidas a força pública*. Manuscrito. Ano de 1918. In. Arquivo Histórico Estadual de Goiás (Goiânia).

modo, a conclusão do major foi positivamente formal: "Faço bom juízo deste official". Provavelmente o major estava sendo sincero, pois o alferes foi um dos 68 soldados indicados para ir a São José do Duro, combater o coronel Abílio Wolney. Em recompensa pelos seus méritos, Catulino recebeu um presente de grego.

A participação no conflito em São José do Duro

A chacina do Duro, imortalizada pela maestria literária de Bernardo Elis em *O Tronco* é um dos melhores retratos da brutalidade relativa ao sistema coronelístico em Goiás. O conflito envolveu o poderoso Abílio Wolney[9], filho do fazendeiro Joaquim Ayres Cavalcante Wolney, que dominava o extremo norte de Goiás, especificamente a vila de São José do Duro (Atualmente Dianópolis, TO).

Antigos aliados do chefe político supremo de Goiás, o deputado Antônio de Ramos Caiado (mais conhecido por Totó Caiado), os Wolney capitalizaram posições políticas importantes: Abílio foi deputado estadual, deputado federal, administrador da mesa de renda, tenente coronel. No entanto, a família Wolney e Caiado rompem-se em 1912, iniciando uma hostilidade que culminaria no conflito sangrento de janeiro de 1919[10].

Como era praxe no sistema coronelístico, com o rompimento entre os políticos locais e o governo do Estado, os principais cargos políticos de São José do Duro são preenchidos por inimigos da família Wolney, destacando-se a figura do juiz Manoel José de Almeida, antigo inimigo da família. A situação ficou tensa depois que os Wolney utilizam os seus jagunços para obrigar o juiz a aceitar o inventário de uma cliente de Abílio Wolney. Após o acontecido, o juiz, o delegado Joaquim Monteiro de Rezende, o coletor Sebastião Brito de Guimarães, enviam diversos telegramas as autoridades estaduais pedindo a intervenção militar em São José do Duro.

[9] Pois, possuía por volta de 16 fazendas e grande quantidade de gados. (AYRES NETO, 2003, p. 167-168)

[10] Uma explicação sobre o rompimento entre as duas famílias foi um desentendimento ocorrido entre Abílio Wolney, presidente da Assembleia Legislativa de Goiás e o deputado Totó Caiado:

– Deputado Ramos Caiado, nenhuma palavra a mais! Em nome da ordem, retire-se dessa casa.
Totó deu passos para o desagrado, mas refluiu ao gesto de Abílio que levou a mão a gaveta da mesa simulando sacar uma pistola, embora não a tivesse ali.
Caiado saiu, mas deixou claro:
– Isso não vai ficar assim. (AIRES NETO, 2002, p. 107)

O presidente do estado, João Alves de Castro, começou a procurar um juiz para averiguar e julgar os acontecimentos em São José do Duro. Depois das evasivas de alguns juízes que não queriam se intrometer em tão grande vespeiro, o magistrado, de Pouso Alto-GO, Celso Calmon, provavelmente procurando visibilidade na sua carreira, aceitou a incumbência. Com ele se dirigiu para São José do Duro por volta de 60 policiais. Na tropa, estava Catulino Antonio Viegas.

Depois de uma longa caminhada, que durou de 31 de julho a 11 de setembro, a guarnição chega a São José do Duro, onde improvisam um quartel e um gabinete para o juiz Celso Calmon, desapropiando temporariamente algumas casas particulares. O juiz decretou a prisão de Abílio e de seu pai a fim de serem julgados. Durante a tentativa de prisão, Joaquim Ayres Calvancante Wolney e um dos seus jagunços foram mortos pela polícia.

Após esse fato, o juiz Celso Calmon, acompanhado de 10 oficiais de polícia, abandona a vila, mas antes de partir retirou do cargo de comando da força pública o tenente Antonio Seixo de Britto e nomeou Catulino Antonio Viegas como o comandante da força pública. O juiz explicou a sua ação da seguinte forma "Antes de sahir, porém retirei do tenente Britto o comando da força, devido a umas irregularidades praticadas por esse official, segundo fui informado e pedi ao Governo a nomeação do Alferes Catulino Antonio Viegas para delegado em comissão do duro.[11]"

A simpatia de Celso Calmon por Catulino é evidente. Na parte redigida pelo juiz no relatório do presidente João Alves de Castro, Celso Calmon cita varias vezes o nome do soldado, que sempre se mostrou prestativo às ordem do magistrado[12]. Assim, Catulino fica chefiando a tropa de soldados, cercada por inimigos mais numerosos e mais bem armados, prontos a invadir a vila de São José do Duro.

Os fatos que se seguem são dignos das mais bem elaboradas tragédias. Abílio Wolney foge para a Bahia de onde retorna com aproximadamente 200 jagunços e cangaceiros, visando recuperar o controle da vila das mãos dos policiais. Em resposta,

[11] (CALMON, *Mensagem do presidente do Estado de Goiás João Alves de Castro de 13 de maio de 1919. In:* www.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas.

[12] No livro *O* Tronco, o personagem que representava o juiz Celso Calmon tem os seguintes pensamentos sobre Catulino: "Mendes de Assis! Esse Mendes de Assis [Antônio Seixo Britto] não merecia confiança. Preferia que fosse o alferes Severo [Catulino] o comandante da escolta, mas infelizmente não era possível. Tinha que obedecer à hierarquia militar. (ÉLIS, 1974, p. 129).

> Catulino, se valendo então de instrumentos de suplício, usados no tempo da escravatura, mandou reforçar estes objetos infernais e neles prenderam todos os cidadãos de destaque na cidade; muitos parentes de Abílio Wolney serviram de reféns naquele objeto chamado "tronco" que consistia numa peça maciça de aroeira, com vários buracos, em que prendiam as pernas dos prisioneiros, sendo a parte superior trancada com cadeados possantes. Nove foram os prisioneiros naquele instrumento de suplício[13].

Diante do ataque dos jagunços, os reféns são mortos. O combate dura três dias, até que os policiais abandonam a vila; muitos fogem disfarçados de mulher.

A Chacina do Duro repercutiu nos principais jornais do país como "uma campanha de descrédito contra o Estado", nas palavras do presidente do Estado, João Alves de Castro[14]. Por isso, quando Catulino se apresentou, no dia 16 de março de 1919, ao Batalhão da Polícia da Cidade de Goiás, foi colocado em prisão domiciliar:

> Apresentaram-se vindos de São José do Duro o 2º Tenente Catulino Antonio Viegas, 3º sargentos graduado Benedito Matheus Curcino Salvados, José Ribeiro cabos graduados José Gertrudes Tavares, José Joaquim Lino soldados Januario Bispo dos Santos, Manuel Pereira da Silva, Vicente José Cardoso, Estevam Correia Mendes e João Gonçalves Dantas, ficando o official preso para resolver a conselho de investigação em casa de sua residência[15].

Posteriormente, o presidente do Estado e o juiz Celso Calmon são intimados a se explicarem ao Governo Federal. Catulino é acusado do assassinato de um dos reféns[16] o que provoca a sua exoneração da polícia:

> Considerando que os crimes commettidos, embora não apurados em processo regular, são de natureza tal que não podem permittir que, por mais tempo, os seus indigitados autores permaneçam exercendo cargo de confiança do Governo e fazendo parte de tão importante corporação, como é o Batalhão de Polícia:
> Resolvo exonerar, dos cargos que occupam, o 1º tenente Antonio Seixo de Britto e os 2º tenentes Ulysses de Souza Almeida, José Francisco de Salles e Catulino Antônio Viegas, que estiveram destacados em S. José do Duro.[17]

---

[13] Essa descrição é de um dos descendentes dos Wolney. Ver: http://abilio-wolney.blogspot.com/2006/06/ablio-wolney-aires-neto-no-tribunal-da.html

[14] *Mensagem de João Alves de Castro à Assembléia Legislativa de Goiás em 13 de maio de 1919*. In. www.brazil.crel.edu/bsd/bsd/bsd.

[15] In. *Secretaria de Governo – Registro dos detalhes e ordens do dia expedidas pela sala da presidência à Força Pública.* Manuscrito. Arquivo Histórico Estadual de Goiás.

[16] Sobre isso, narra Aires Neto: !No cômodo de uma casa ao lado, encontraram ainda um sobrevivente já nos braços do seu genro, o prof. João Correia de Melo. Era o menor Oscar Leal, que depois de uma luta corporal travada com o oficial que entrou para executá-lo, ainda folguejava, apesar do rombo causado por um tiro na região do fígado. Nos estertores da morte, o filho de Ana Custódia Wolney e João Batista Leal ainda pôde dizer a Abílio Wolney e outros presentes que foi o Alferes Catulino Antônio Viegas que o feriu no momento da fuga dos últimos soldados dos quartéis improvisados nas casas grandes do largo da *Vila*, cujo oficial disse que as mulheres que estavam confinadas no *Casarão* também seriam mortas. (AIRES NETO, 2003, p. 19)."

Catulino foi acusado como o principal responsável pelas mortes dos Wolney em São José do Duro e exonerado de suas funções. E o mais grave: o ex-policial é condenado a 25 anos de prisão. É possível imaginar o momento de apreensão do nosso personagem, ao vislumbrar uma perspectiva sombria para o seu futuro.

De prisioneiro a delegado de polícia

No entanto, Catulino não ficou muito tempo na cadeia e fora da Força Policial de Goiás, pois um decreto do governo estadual anistiou todos os policiais envolvidos na Chacina do Duro. O processo aberto na justiça federal prescreveu-se. Em 1924, têm-se novas notícias de Calmon e Catulino. Agora, Celso Calmon era Juiz da Comarca de Santa Rita do Paranaíba e o tenente Catulino Viegas era delegado de Buriti Alegre. Nesta cidade os dois tiveram um pequeno entrevero. Conforme memórias de Francisco de Britto, pressionado pelo juiz Calmon, o carcereiro denunciou que foi o tenente Catulino, embriagado, quem fez inúmeros disparos pela cidade. O que aconteceu depois é ilustrativo da personalidade do tenente:

> Defrontando com o seu delator, o tenente Catulino, furioso, dirigiu-lhe impropérios e, não satisfeito, sacou do revólver para assassiná-lo. Rápido, o dr. Calmon travou-lhe o braço, exigindo que a arma lhe fosse entregue. Entraram em luta corporal, dela participando o subpromotor a favor do juiz. Em plena rua os três rolaram pelo chão, sendo o militar afinal, subjugado e desarmado.
> Exaltado até ao paroxismo, o tenente passou a insultar o dr. Calmon, responsabilizando-o pelas mortes ocorridas em São José do Duro. (Britto, 1980: 86).

Apesar de mostrar que as feridas abertas em São José do Duro não estavam totalmente curadas, pelo menos para Catulino, a briga não teve conseqüências sérias, nem abalou a velha parceria entre o juiz e o soldado. No ano seguinte, os dois atuaram em outro acontecimento significativo da repressão do Estado à cultura popular em Goiás: a prisão de Santa Dica.

Desde 1923, no vilarejo da Lagoa, município de Pirenópolis, pessoas diversas (doentes, pequenos proprietários rurais, pequenos comerciantes, boiadeiros, trabalhadores rurais e desocupados) aglutinaram-se em torno da adolescente de 16 anos – que teria ressuscitado – Benedita Cipriano Gomes, conhecida como Santa Dica. Antes

---

[17] (*Despacho do Presidente João Alves de Castro,* Cidade de Goiás, 5 de maio de 1919. In. In. *Mensagem de João Alves de Castro à Assembléia Legislativa de Goiás em 13 de maio de 1919.* In: *www.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas)*

dos milagres de Santa Dica, Lagoa não contava com doze moradias, já no ano de 1925, provavelmente, havia mais de quinhentas pessoas morando no lugar, sem contar os romeiros cujo número chegou a 60 mil em dois anos. Gradativamente, o reduto passa a ser um incômodo aos segmentos dominantes da cidade de Pirenópolis: ameaça à propriedade, pois os seguidores de Santa Dica ocupavam uma fazenda particular e a própria Dica teria mencionado que "terra é de Deus"; ameaça ao uso da força de trabalho, pois não se trabalhava aos sábados nem aos domingos na Lagoa, contrariando a legislação e os costumes trabalhistas; ameaça ao catolicismo institucionalizado, pois uma leiga estava usurpando as funções do clero católico (Vasconcelos, 1991).

De início Santa Dica e seus seguidores não foram vistos como ameaça pelo Governo Estadual. Em 1925, os *diqueiros*, como seus seguidores eram conhecidos, foram até convidados a se integrar à "Coluna Caiado" e, em setembro, ela e cerca de 400 homens armados foram até a Capital participar dos exercícios militares preparativos para combater a Coluna Prestes que adentraram Goiás. Essa demonstração de força deve ter assustado os políticos da cidade de Goiás que, de repente, perceberam que o messianismo era tão ou até mais perigoso para a República do que a Coluna Prestes[18]. O Governo do Estado aceitou, então, a denúncia dos coronéis de Pirenópolis contra Santa Dica e seguidores, sendo aberto o processo no dia 10 de outubro de 1925 e, já no dia seguinte, Celso Calmon, agora no importante cargo de Chefe de Polícia do Estado, decretou a prisão preventiva contra Santa Dica, acusando-a de encenação fraudulenta e do exercício de "espiritismo, magia e seus sortilégios".

Oitenta policiais montados – uma novidade recente – são designados para cumprir a ordem de prisão. Na noite de 14 de outubro, sorrateiramente, cercam o povoado de Lagoa. Então o Tenente Catulino Antônio Viegas e alguns soldados entram no povoado para prender Santa Dica. Segundo versão da polícia, José Cypriano Gomes, tio de Dica, saca uma arma contra os policiais, iniciando um tiroteio cerrado: onze

[18] Sobre isso, é esclarecedor o Relatório do juiz Celso Calmon, no inquérito sobre Santa Dica: "O nosso Brazil, até certo tempo, virgem dessas infelicidades, teve como primórdios da superstição entre o seu povo, os factos que mais altamente bradaram contra a nossa civilização – resumidos na tragedia de Canudos, na Bahia; e na catastrophe occorida no Rio Grande do Sul. – Chegou, também, a vez de Goyaz pagar o seu tributo, tributo caro e vergonhoso, mas felizmente, a tempo jugulado.". In. *Relatório do Chefe da Polícia Celso Calmon Nogueira da Gama. In. Mensagem de Brasil de Ramos Caiado enviada ao legislativo em 14 de maio de 1926.* : *www.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas)*

pessoas, no total, morreram (6 por tiros e 5 afogadas no rio do Peixe, tentando escapar dos tiros).

Catulino e a Revolução de 1930

Depois desse episódio, Catulino continuou atuante na polícia goiana. Em 9 de janeiro de 1930, assumiu o cargo de "delegado em comissão" na comarca de Rio Verde. A cidade, reduto político de Pedro Ludovico Teixeira, era o principal foco de oposição ao grupo do Caiado. Será que Catulino foi enviado a cidade como uma espécie de agente para combater o foco revolucionário?

Não temos documentos que permitem corroborar essa hipótese, mas é certo que o delegado estava preparado para enfrentar os revolucionários. Desse modo, quando Pedro Ludovico voltou Uberlândia com 110 homens, visando tomar o poder, foi rechaçado nas imediações de Rio Verde por uma tropa superior (Silva, 2001: 122). Derrotado, Pedro Ludovico foi conduzido preso pelo delegado de polícia. Ele relata que "Seguimos e, 15 minutos depois, atingimos a primeira rua de Rio Verde, onde o Tenente Catulino Viegas nos esperava. Foi muito delicado comigo, perguntando-me se queria ir a pé ou de automóvel." (Ludovico, 1973:37).

A urbanidade com que o Tenente tratou Pedro Ludovico na cadeia não o impediu de praticar ações questionáveis. O *Correio Official* publicou, em 29 de janeiro de 1931, um relatório, denunciando as ações de Catulino durante as ações revolucionárias. Ele afirma que

> Os Srs. Tte. Catulino Antonio Viegas e Cap. Valerio da Cunha Porto, commandante de forças aqui estacionadas, com o fito de combater a revolução, valendo-se do poderio de que dispunham no momento, obrigaram o menor Jesus do Couto a abrir-lhes as portas da pharmacia pertencente aos Srs. Veiga & Santos Cruz, sita nesta cidade, na supposição em que estava do que a mesma fosse de propriedade do Dr. Pedro Ludovico Teixeira, que se achava preso nesta cidade, e contra quem voltavam todo o ódio dos políticos governistas da occasião, pela sua tentativa de tomada desta cidade pelas armas, a fim de se abastecerem, como fizeram, de medicamentos para uso de suas tropas, a custa dos adversários[19].

Depois dessa requisição forçada de medicamentos, visando deliberadamente causar prejuízos materiais nos seus inimigos políticos, Catulino teve uma conversa com Pedro Ludovico que demonstra a sua proximidade com a família Caiado: "o dia 24 de

[19] *Jornal Correio Official de Goiás.* Cidade de Goiaz, 29 de janeiro de 1931. In. Arquivo Histórico Estadual d e Goiás.

outubro, pela madrugada, entrou no meu cárcere o Tenente e me declara que recebera a ordem do Senador Ramos Caiado de me remeter a velha Goiás" (Ludovico, 1973: 38). De fato, uma escolta levou Pedro Ludovico para a cidade de Goiás, mas chegando às imediações da capital, o grupo que a Revolução havia triunfado. Era o fim da República Velha em Goiás e o início do período ludoviquista.

Não sabemos o que aconteceu com Catulino, mas é provável que tenha sido exonerado ou aposentado compulsoriamente pelo novo regime[20]. A sua relação com os Caiado era muito próxima para ser ignorada pelos revolucionários de 1930. De repente, as estruturas sociais e políticas que resultaram na Revolução de 1930 veio abalar a vivência de um policial de um estado periférico da federação que, a partir de agora, teria que se adaptar a novos tempos.

Conclusão

Enfim, tivemos a oportunidade de acompanhar uma etapa da vida de uma personagem que participou de momentos decisivos da história de Goiás na década de 1920. Catulino não foi um grande político; mas sem homens como ele, os políticos jamais seriam grandes. Catulino era o cumpridor de ordens, mesmo que fossem ordens difíceis, como as de enfrentar a poderosa tropa de jagunço dos Wolney ou prender uma líder carismática como Santa Dica ou um líder revolucionário como Pedro Ludovico. Catulino não hesitou em nenhuma dessas tarefas. Era corajoso o suficiente para rolar no chão, numa briga homérica, com o juiz Celso Calmon, seu parceiro no uso da força do Estado. Portanto, e estudar a sua vida possibilita conhecer um pouco dos bastidores da República Velha em Goiás. Numa época de homens valentes e destemidos, podemos afirmar que "valente mesmo era Catulino!".

[20] Lindolpho dos Passos, que assumiu o cargo de Capitão Militar da Polícia goiano, no ano de 1930, afirma que a exoneração dos antigos policiais atingiu 30% da tropa: "com a dissolução parcial do Batalhão, demissões, reformas de oficiais e exclusão de praças, a mesma sofreu um desfalque de 30% no seu total efetivo. (Passos, 1986: 73).

BIBLIOGRAFIA

AIRES NETO, Abílio Wolney. *O diário de Abílio Wolney*. Anápolis: Edição do autor, 2002.

_____. *O Duro e a intervenção federal*. Anápolis: Edição do autor, 2003.

BERNARDES, Carmo. *Quarto Crescente.* Goiânia: UFG, 1986.

BORGES, Venerando de Freitas. *Dobras do tempo.* Goiânia, 1980.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas.* Lisboa: Publicações Europa-América, 1981.

BRITTO, Francisco de. *Memórias de outro tempo: 1904-1959* Goiânia: Editora e gráfica Abertura, 1980.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa na historiografia.* São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

BURKHARDT, Jacob. *A cultura do renascimento na Itália.* Brasília: Editora da UnB, 1991.

ÉLIS,Bernardo. *O Tronco.* São Paulo: editoras José Olympio, Civilização Brasileira e Três, 1974.

FAUSTO, Boris. *O crime do restaurante chinês.* São Paulo: Cia das Letras, 2009.

GINZBURG, C. *O queijo e os vermes* - o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. *São Paulo, Cia. das Letras,* 1987.

HEGEL, G. W. F. *Filosofia da História.* Brasília: Editora da UnB, 1999.

OLIVEIRA, E. C. - "Cachorros do governo": a polícia no imaginário sertanejo goiano. *Revista da UFG, Vol. 7, No. 01, junho 2004 on line (www.proec.ufg.br)*

OLIVEIRA, E. C. *História do medo e das Catástrofes em Goiás*. Brasília: Tese de doutorado apresentada na UNB, 2006.

PASSOS, Lindolpho Emiliano dos. *Goiás de Ontem: memórias militares e políticas.* Goiânia: edição do autor, 1986.

ROSA, Joaquim. *Por esse Goiás afora...*Goiânia: Editora Livraria Cultura, 1974.

SILVA, Ana Lúcia da Silva. *A Revolução de 1930 em Goiás.* Goiânia: Cânone editorial, Agepel, 2001.

SOUZA, Laura de Mello. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz.* São Paulo: Cia das Letras, 1986.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Memórias.* Goiânia: Livraria Cultura Goiana, 1973.

VASCONCELOS, Lauro de. *Santa Dica: encantamento do mundo ou coisa do povo.* Goiânia: UFG, 1991.